

Jornais da imprensa negra como fontes de pesquisa escolar: possibilidades para o ensino de história do pós-abolição e a educação antirracista a partir do acervo da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional¹

Black Press Newspapers as Sources for School-Based Research: Possibilities for Teaching Post-Abolition History and Anti-Racist Education through the Collection of the Hemeroteca Digital Brasileira of the Biblioteca Nacional

Alicia Quinhones Medeiros*

Melina Kleinert Perussatto**

RESUMO

O artigo reflete sobre o uso de jornais da imprensa negra do pós-abolição como fontes para a pesquisa escolar, no âmbito de um ensino de História antirracista a partir do uso de acervos disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira (HDB) da Biblioteca Nacional. Situa-se no campo do pós-abolição, em diálogo com a história pública, o ensino de história e os estudos sobre Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação aplicadas à educação. Realizou-se um levantamento quantitativo de doze periódicos da imprensa negra brasileira. Buscou-se identificar as regiões e períodos de criação, os *hiperlinks* e possíveis assuntos que podem ser trabalhados em sala de aula. Concluiu-se que a HDB é uma ferramenta útil para a pesquisa esco-

ABSTRACT

This article reflects on the use of black newspapers from the post-abolition period as sources for school research, within the framework of anti-racist history teaching, based on collections available in the Hemeroteca Digital Brasileira (HDB) of the Biblioteca Nacional. It is situated within the post-abolition period, in dialogue with public history, history teaching, and studies on Digital Information and Communication Technologies applied to education. A quantitative survey of twelve periodicals from the black Brazilian press was conducted. The aim was to identify the regions and periods of publication, hyperlinks, and potential topics that could be addressed in the classroom. The conclusion is that the HDB is a useful tool for

* Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. aliciaquinhones@gmail.com <<https://orcid.org/0000-0001-9249-0606>>

** Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. melinaperussatto@gmail.com <<https://orcid.org/0000-0001-9356-5956>>

lar, desde que seu uso esteja embasado por conhecimentos historiográficos, pedagógicos e tecnológicos, e comprometido com questões epistemológicas, éticas e políticas constitutivas de um ensino de História antirracista.

Palavras-chave: Imprensa negra; Hemeroteca Digital Brasileira; Ensino de História.

school research, provided its use is informed by historiographical, pedagogical, and technological knowledge, and committed to the epistemological, ethical, and political issues constitutive of anti-racist history teaching.

Keywords: Black Press; Hemeroteca Digital Brasileira; History Teaching.

A luta do movimento negro brasileiro pela aprovação de leis contra a perpetuação do racismo e pela promoção de uma educação com maior equidade são reivindicações que vêm de longe. Citamos, por exemplo, a Lei Federal n. 10.639 de 2003, que tornou obrigatório o ensino sobre a História e Cultura Africana e Afro-Brasileira em estabelecimentos de ensino fundamental e médio, e institucionalizou, no calendário escolar, o 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra, sendo incorporada à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, tornando-se, assim, uma política de estado.² A partir disso, institui-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana,³ com base no parecer 03/2004, elaborado por Petronilha Gonçalves e Silva,⁴ a fim de regulamentar a Lei n. 10.639/03. Em 2008, tem-se uma atualização por meio da Lei n. 11.645/08, com a inclusão do Ensino de História e Cultura afro-brasileira, africana e indígena.⁵

Citamos, também, a Lei Federal n. 12.711 de 2012, que legisla sobre a reserva de vagas (50%) em concurso seletivo para ingresso em instituições federais de ensino técnico de nível médio e superior vinculadas ao Ministério da Educação (MEC), para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Do total de vagas, “pelo menos 50% são destinados a pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência”, adicionalmente, “50% (cinquenta por cento) das vagas totais, deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita (Brasil, 2012)” (Gomes *et al.*, 2024, p. 177).⁶ Essa lei foi atualizada em 2023, pela Lei n. 14.723/23 (Brasil, 2023), após 10 anos de sua existência, e passou a incluir grupos quilombolas, pessoas com deficiência, e pessoas oriundas de famílias com renda igual ou inferior a 1

(um) salário-mínimo *per capita*, bem como a reserva de vagas em cursos de pós-graduação.⁷ Essas leis são oriundas de um longo processo histórico de lutas, sobretudo, do chamado *movimento negro educador* (Gomes, 2017), as quais conseguiram provocar mudanças significativas no conhecimento e no estar/permanecer em escolas e universidades brasileiras.

A partir do conjunto de leis antirracistas e das ações afirmativas na educação, pesquisadores e professores de diversas áreas foram instigados a pesquisar e mobilizar histórias e culturas africanas e afro-brasileiras em seu fazer pedagógico. Mais de vinte anos depois, muito foi realizado e muito ainda há a ser feito.⁸ Segundo Arilson Gomes, Matilde Ribeiro e Tiago de Freitas (2024, p. 175),

vivenciamos um sistema de organização social resultante da colonização ocidental sob o resto do mundo, principalmente reproduzindo, ainda, a inferiorização do Continente Africano. Nessa estrutura, o poder é tido como o principal elemento para manutenção dos ideais políticos, culturais, econômicos e pedagógicos gestados na ideia de inferioridade e do padrão de dominação/subordinação dos/as indígenas e dos/as negros/as, além da supervalorização da cultura europeia. Assim, a educação, enquanto um fenômeno social, é atravessada por todos esses elementos que compõem a base do sistema de dominação. Romper com essa lógica levará bastante tempo, até que consigamos minimamente fraturar os complexos tentáculos da colonialidade (Mignolo, 2019), visto que seu projeto se mantém ativo mesmo após o doloroso e longínquo processo de colonização, reproduzido, principalmente, pelo capitalismo racial e o discurso do mérito.

Esse sistema de organização social mencionado pelos autores, com profunda herança colonial e racista, capilariza o currículo escolar brasileiro. Mesmo em um contexto educacional com essas bases epistemológicas, tem-se o exercício de ampliação da representatividade na educação por meio do (re) conhecimento de histórias negras em atividades pedagógicas, que colocam o protagonismo e a liberdade negra no centro do seu planejamento. Essa prática é um exercício de distanciamento de narrativas que “coisificaram” pessoas negras durante o processo de escravidão, da travessia atlântica à vida durante o cativeiro. Essa noção de anomia social vem de uma corrente de estudiosos que, ao buscar contrapor o mito de uma democracia racial no Brasil, enfatizaram a violência sistêmica e uma ideia de anomia do povo negro, contribuindo

para o apagamento de suas histórias e trajetórias antes e depois da Abolição da escravidão.⁹

O professor e historiador Álvaro Nascimento (2006), ao corrigir as respostas do vestibular da Unicamp, no início dos anos 2000, sobre a pergunta “qual a condição social dos negros no Brasil depois do fim da escravidão?”, refletiu sobre a produção historiográfica acerca das populações negras no Brasil e suas relações com o ensino de História na educação básica. Em sua maioria, as respostas dos estudantes, recém-saídos do ensino médio, reforçava a perspectiva da anomia social e marginalização das populações negras após a Lei Áurea, levando o autor a refletir sobre o contexto historiográfico, marcado pela incipiente problemática sobre o pós-abolição, e as relações entre a produção acadêmica e escolar. Como exemplo, mobilizou um livro didático bastante utilizado naquele contexto, inclusive por uma das autoras do texto. Intitulava-se *História: das cavernas ao Terceiro Milênio* e reforçava as ideias reproduzidas nas respostas dos vestibulandos. Dessa forma, o autor reflete:

Ora, se a abolição libertou o escravo e o largou à própria sorte, em ocupações mal definidas e menos rentáveis, sem integrá-lo à sociedade, certamente, na ausência de maiores reflexões, nossos alunos podem chegar a conclusões complicadíssimas, ligando os egressos da escravidão e seus descendentes ao crime, à população carcerária, à prostituição etc. Ora, já é tempo de os professores dos Ensinos Fundamental e Médio refutarem essas conclusões (Nascimento, 2006, p. 18).

Nascimento já chamava a atenção de autores de livros didáticos e professores de História a repensar tais concepções sobre a população negra, ao citar que havia “produção bibliográfica suficiente para rever suas próprias interpretações acerca das últimas décadas da escravidão e das primeiras do pós-abolição, entendendo tudo isso enquanto um processo histórico” (Nascimento, 2006, p. 22). O autor adverte que esses “problemas do ensino de História acerca daquele momento histórico”, da escravidão e do pós-abolição, seguem “contribuindo para a permanência de uma visão preconceituosa em relação a negros e negras, diminuindo a autoestima de muitos alunos” (Nascimento, 2006, p. 24).

Concomitantemente a esse processo, vem se constituindo o campo de estudos sobre o pós-Abolição, que o entende como um problema historiográfico. Esse campo propôs à comunidade historiadora brasileira problematizar a

liberdade e a cidadania, com ênfase nos processos de significação gestados por sujeitos negros. Dentre as questões, podemos citar: quais eram as visões de liberdade dos ex-escravizados, livres e libertos no pós-13 de maio de 1888? Quais foram as suas formas de vivenciar e reivindicar a liberdade e a cidadania no pós-Abolição? (Mattos; Rios, 2004). A partir desses questionamentos, busca-se compreender essas questões a partir de pesquisas em diversas regiões do Brasil, a fim de abarcar as especificidades regionais do território brasileiro e a diversidade de experiências sociais das populações negras em tempos de liberdade em sociedades racistas. Ao longo das primeiras décadas do século 21, inúmeras pesquisas evidenciaram a complexidade de trajetórias negras no pós-Abolição, com destaque a temas como o associativismo, trajetórias familiares, redes de solidariedade, sociabilidades, religiosidades, cultura, educação, mundos do trabalho, dentre outros.¹⁰

Entre os estudos historiográficos sobre associativismo, destacamos a imprensa negra como uma temática que recebeu novas interpretações a partir de uma investigação extensiva sobre os objetivos de seu funcionamento, seus redatores, leitores, as pautas e temas abordados em suas páginas. Ana Flávia Magalhães Pinto (2010, p. 19-20) caracterizou a imprensa negra como o conjunto de “jornais feitos por negros; para negros; veiculando assuntos de interesses das populações negras”, seguindo os critérios de “autor”, “obra” e “público” postulados por Antonio Candido em sua teoria crítica literária. Nesse viés, José Antônio dos Santos (2011) detalhou que:

Primeiro, os periódicos eram fundados, escritos e mantidos por pessoas que se auto-identificavam como negras ou que se colocavam como muito próximas deste meio; segundo, tinham como leitores e alvos prioritários das publicações, embora muitas vezes não fossem os únicos, a população negra; terceiro, os jornais divulgavam assuntos de interesses dos negros e eram reconhecidos pelos leitores como defensores das suas questões; quarto, alguns redatores dos jornais mantinham contatos próximos entre si, trocavam exemplares e autorreferenciavam-se como “co-irmãos” que “colima[vam] o mesmo ideal pelo qual nos batemos”; quinto, todos esses aspectos eram, de forma recorrente, divulgados pelos jornais de maior circulação (Santos, 2011, p. 108).

Pesquisas feitas com jornais negros evidenciaram e complexificaram as formas como as noções de cidadania, educação, política e liberdade foram

manejadas e significadas pelos sujeitos que pensaram, redigiram, publicaram e fizeram circular tais periódicos, sobretudo no meio negro (Pinto, 2014; Rosa, 2019; Perussatto, 2018). Essas pesquisas, que colocaram as experiências negras no centro da análise e da explicação histórica, contribuem para a construção de um ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas, conforme prevê a Lei n. 10.639 de 2003.¹¹ A lei estabelece a obrigatoriedade desse ensino, de maneira recorrente, ao longo de todo o ano letivo, e tem entre suas finalidades promover uma educação antirracista, mobilizando imagens e repertórios plurais e afirmativos.

A pedagoga Nilma Lino Gomes (2017) compreendeu as ações dos movimentos negros ao longo dos séculos 20 e 21 como basilares na reivindicação de uma educação valorizadora da cultura e história afro-brasileira, criando assim o conceito *movimento negro educador*. Foi por meio de iniciativas de escolarização, de questionamentos referentes a um currículo eurocêntrico e de denúncia do racismo no Brasil, dentre outras ações, que esse movimento buscou promover uma educação antirracista e radicalizar a democracia. Isso conflui para uma prática educadora que denuncia as desigualdades raciais, enquanto busca a afirmação da autoestima de estudantes negros e negras no ambiente escolar e na sociedade em geral. As conquistas do movimento negro, a partir da legislação educacional, buscaram “questionar essa realidade de violência e desigualdade, muitas vezes naturalizada por algumas instituições sociais e estatais” (Siqueira; Dias, 2021, p. 111).

Considerando os mais de três séculos de escravidão africana e afro-brasileira e uma Abolição sem reparação às populações negras, o Brasil, enquanto Estado, só pôs em lei a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira no ensino básico no ano de 2003, século 21 (Lei n. 10.639/03). Legislação esta que corresponde a inúmeras lutas dos movimentos sociais negros, que reivindicaram desde o século 19, adentrando o 20, pelo acesso da população negra a espaços educacionais e culturais, como, por exemplo, a iniciativa da Frente Negra Brasileira em abrir cursos de teatro e ensino primário nos anos de 1930 (Gomes, 2005). Como também, movimentos negros que durante o período da ditadura militar marcharam com a demanda por um ensino da história negra nas escolas brasileiras (Gonçalves; Silva, 2000). Essas mobilizações possibilitaram diversas reformas curriculares, as quais “transformaram-se em lugares privilegiados para propor mudanças em

um ensino de História calcado no padrão masculino, branco e cristão e centrado no pensamento eurocêntrico” (Bittencourt, 2018, p. 108).

Karulliny Siqueira e Mauro Dias (2021) identificaram formas de desenvolver uma educação que seja pautada nas relações étnico-raciais e na pluralidade, tomando como base a disciplina de História. Os autores destacam a importância de se questionar as hierarquias de saberes que permeiam a educação, sobretudo a epistemologia europeia e, em contrapartida, sugerem evidenciar as epistemologias africanas e afro-brasileiras desde o ensino básico. Junto a isso, sinalizam que “é através da dedicação e do planejamento docente que possibilitamos contatos com novas epistemes, novas realidades e implicações, as quais serão de extrema importância para o debate em sala de aula” (Siqueira; Dias, 2021, p. 125). Seguindo essa ideia, compreendemos que a imprensa negra reúne epistemes que podem ser trabalhadas em sala de aula, a fim de promover uma educação que parta das perspectivas, experiências e reflexões negras durante o período da escravidão e no pós-Abolição.

A crescente produção historiográfica acadêmica e escolar, informada por tal abordagem sobre a história e cultura africana e afro-brasileira, vem impactando a construção de materiais didáticos e práticas pedagógicas, construindo um cenário diferente daquele descrito por Nascimento (2006). Citamos duas práticas de professoras de História que viralizaram nos últimos anos em redes sociais digitais. Lavínia Rocha, escritora e professora de História em Minas Gerais, propôs um “antes e depois” com estudantes do ensino fundamental, sobre o estudo da cultura africana. Partindo da pergunta “o que vocês pensam quando eu falo África?”, as respostas da turma, no “antes”, versaram sobre uma *história única* (Adichie, 2019) do continente africano. Ideias como a de escravidão, fome, calor e animais selvagens foram citadas pelos estudantes, as quais reforçam noções preconceituosas sobre essas culturas. Após as aulas ministradas pela professora, que abordaram a diversidade cultural e linguística das sociedades africanas, as respostas do “depois” foram diferentes e evidenciaram as práticas em agricultura e as religiões de matrizes africanas, por exemplo, em uma perspectiva plural e afirmativa sobre o continente.¹²

Keilla Vila Flor, professora de História no Distrito Federal, propôs que os estudantes de suas turmas de ensino fundamental reproduzissem personalidades negras do século 19, ao estudarem sobre a História do Brasil daquele período. Com a ajuda de toda a turma, composta por estudantes brancos e ne-

gros, no processo de pesquisa, caracterização e produção de fotografias, personagens como Machado de Assis, Maria Firmina dos Reis e Luís Gama foram representados por estudantes negros e negras, enquanto os estudantes brancos auxiliaram na produção de figurinos e fotos.¹³ Pensamos que, nessa prática pedagógica, a autoestima, a valorização da cultura afro-brasileira, as intelectualidades negras e a afirmação da liberdade negra em tempos de emancipação e pós-abolição, foram alguns dos elementos considerados nos objetivos e resultados da atividade.

Essa breve introdução converge para o objetivo deste artigo, qual seja, propor estratégias para o ensino história a partir de jornais da imprensa negra do pós-abolição e da utilização de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs), como a Hemeroteca Digital Brasileira (HDB), da Biblioteca Nacional (BN). Consideramos que o uso de acervos digitais e pesquisas sobre a imprensa negra, nas intersecções entre educação antirracista, ensino de história e história pública, constroem possibilidades de combate ao racismo, de fortalecimento da autoestima de estudantes negros e de crítica à branquitude em sala de aula. A título de contextualização, o conceito de branquitude refere-se “à identidade racial branca”, a qual “se constrói e reconstrói histórica e socialmente ao receber influência do cenário local e global” (Cardoso, 2010, p. 610-611). Segundo Lourenço Cardoso, a “branquitude é um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, objetivo, isto é, materiais palpáveis que colaboram para construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial ‘injusta’ e racismo” (Cardoso, 2010, p. 611).¹⁴ Portanto, refletir criticamente sobre esse tema em sala de aula, torna-se imprescindível para a prática de uma educação antirracista.

Em suma, tendo a imprensa negra como um guia e seu acervo digital como suporte, propomos a construção de processos de ensino-aprendizagem, em perspectiva antirracista, informados pelo campo de estudos sobre o pós-abolição.

HISTÓRIA PÚBLICA E ENSINO DE HISTÓRIA: EXPLORANDO A IMPRENSA NEGRA NA HDB

O site da Hemeroteca Digital Brasileira é um repositório de periódicos, jornais, revistas, anuários, boletins, entre outros documentos, de livre acesso

e mantido pela Biblioteca Nacional. A HDB possui uma equipe técnica de arquivistas, bibliotecários e historiadores na construção e manutenção de seu site, e tem como um de seus objetivos disponibilizar o seu acervo para que “pesquisadores de qualquer parte do mundo [passem] a ter acesso, inteiramente livre e sem qualquer ônus, a títulos que incluem desde os primeiros jornais criados no país [...] a jornais extintos no século XX [...]”.¹⁵ Junto a isso, a HDB é um repositório mantido pelo poder público, com a chancela do Ministério da Cultura e do Ministério da Ciência e Tecnologia, custeado pela Financiadora de Estudos e Projetos, uma empresa pública brasileira de fomento à ciência, tecnologia e inovação.

A HDB possui milhares de acessos mensalmente, por inúmeros cidadãos brasileiros e estrangeiros. Uma das missões da Hemeroteca é disponibilizar o acesso a seu acervo, de forma ampla, irrestrita e em tempo integral. Conforme o site da instituição, “todo o acervo pode ser consultado gratuitamente, sendo sua usabilidade, portabilidade e escalabilidade garantidas pelas tecnologias em constante atualização”.¹⁶ O grupo de pesquisadores(as) pode ser, assim, considerado o perfil da maioria das visitas à plataforma, visto que estão em busca de fontes de pesquisa, em sua maioria, os jornais. Com isso, a HDB adentrou o universo acadêmico e seu uso se fez, sobretudo, para fins de pesquisa. Por mais que o próprio site da Biblioteca Nacional mencione que seu maior público seja de pesquisadores, compreendemos que essa não é a sua única finalidade, pois enquanto uma plataforma aberta e disponível gratuitamente, qualquer pessoa com acesso à *internet* pode acessá-la. Concordamos com Antonio Moura, que também analisou as possibilidades de uso da HDB no ensino de História, a partir de diretrizes do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq): “o *Website* deve ser um instrumento de prestação de serviços, dentre este o educacional” (Moura, 2022, p. 149). Ou seja, a escola, como espaço no qual igualmente se produz pesquisa, deve ser considerada como local de presença da HDB.

Com isso, nesta primeira seção, pretendemos explorar as possibilidades de uso dos jornais da imprensa negra, em salvaguarda na HDB, para um ensino de História antirracista. Recentes pesquisas têm pensado os jornais da imprensa negra enquanto recursos didáticos (Silveira *et al.*, 2023) e, junto a esse movimento, propomos orientar o uso da HDB para estudantes da educação básica, na área de Humanidades, sobretudo, na disciplina de História. A HDB

foi criada em 2012 pela Biblioteca Nacional e seu uso para fins de pesquisas acadêmicas completa pouco mais de dez anos. As reflexões sobre seus usos são recentes na área acadêmica (Brasil; Nascimento, 2020) e, para o ensino de História, é algo mais recente ainda. Por conta disso, explorar esse campo de reflexão relativamente novo, relacionado a uma educação antirracista, nos mobilizou na escrita deste texto.

Eric Brasil e Leonardo Nascimento (2020) refletem sobre a importância de desnaturalizarmos os usos do meio digital na pesquisa histórica. Acerca da HDB, os autores pontuam que a plataforma tem sido utilizada com frequência por historiadores(as), sobretudo, por meio da ferramenta de busca por palavra. Contudo, advertem que “o uso da HDB não é acompanhado de uma necessária discussão teórico-metodológica acerca de seus impactos, transformações, possibilidades e limites no fazer do historiador” (Brasil; Nascimento, 2020, p. 204), convidando-nos à reflexão sobre os processos de conservação, digitalização e salvaguarda de documentos (fotografias, jornais, livros etc.), agora disponíveis a um clique em dispositivos digitais.

Os autores apresentam as possibilidades de busca presentes na HDB, que abrange a pesquisa por termos e navegação por “acervos completos dos periódicos” (Brasil; Nascimento, 2020, p. 212-213). Assim, ao “folhear” digitalmente os jornais da imprensa negra disponíveis na HDB, estudantes e professores(as) podem conhecer mais sobre o funcionamento da folha, quem eram os redatores, quais os principais assuntos, enfim, familiarizar-se com o periódico. Com isso, as reflexões sobre a produção do conhecimento a partir dos escritos negros se expandem e se complexificam, pois se percebem semelhanças, particularidades e possíveis diferenças entre os jornais, em razão do contexto social, econômico e político em que foram pensados, escritos e divulgados.

Dessa forma, compreendemos que os jornais da imprensa negra, disponíveis (ou não) na HDB, são patrimônios documentais da história e cultura afro-brasileira com grande potencialidade pedagógica. Portanto, devem ser divulgados e utilizados não somente na pesquisa acadêmica, mas também na pesquisa escolar, articulando as discussões sobre história pública e ensino de história do pós-abolição. Nesse sentido, as historiadoras Martha Abreu, Hebe Mattos e Keila Grinberg enfatizam que tal abordagem rompe com a “história única” (Adichie, 2019) sobre o pós-abolição, que acaba por reforçar estigmas

e estereótipos, como aqueles presentes nas respostas ao vestibular da Unicamp analisado por Álvaro Nascimento (2006).

As aproximações entre o ensino de história e história pública são diversas no Brasil. A história pública surgiu nos Estados Unidos, durante a década de 1970 e, segundo Diego Souza (2019), a criação e os propósitos dessa área, com base em Thomas Chauvin (2018), visava “romper o isolamento da produção historiográfica, vinculando-a aos problemas e preocupações sociais e cotidianos” (Souza, 2019, p. 106). No processo de expansão das noções de história pública para outros países, sobretudo durante os anos de 1990, novas características foram incorporadas, tornando o conceito polissêmico. Assim, “o que se aponta é a definição abrangente, a heterogeneidade de percepções e a multiplicidade de sentidos em torno da expressão História Pública” (Souza, 2019, p. 109).

Em consideração ao fato de que o “Ensino de História, mais antigo que a História Pública institucionalizada, já se dedicava às práticas de História Pública antes mesmo da conformação desse campo nos Estados Unidos, na década de 1970” (Souza, 2019, p. 118), existem inúmeras práticas e reflexões que são convergentes entre as duas áreas, as quais citamos a seguir:

[...] o caráter intrinsecamente público das disciplinas escolares; a opção por divulgar o conhecimento histórico para audiências mais amplas; a consideração por narrativas históricas não acadêmicas; a crítica à hierarquização dos saberes e à dicotomia acadêmico/público; a produção colaborativa dos saberes e a autoridade compartilhada; as relações com a História do tempo presente; a elaboração de significados e sentidos históricos no próprio processo de produção do conhecimento e, por fim, a “mediação didática” como instrumento para a publicização dos saberes históricos (Souza, 2019, p. 118).

Portanto, ao propor o acesso por meio do digital, por estudantes e professores(as), à Hemeroteca Digital Brasileira, e aos escritos contidos na imprensa negra dos séculos 19 e 20, o(a) professor(a) não apenas divulgará fontes e conhecimentos históricos, como também os produzirá de forma compartilhada com os e as estudantes. Sem pretender torná-los historiadores(as), tal prática favorecerá a compreensão sobre como o conhecimento histórico é construído pelos(as) historiadores(as) a partir de métodos e técnicas de pesquisa, bem como de referenciais teórico-metodológicos. Conhecer, ler,

analisar e trocar reflexões sobre os jornais da imprensa negra em sala de aula converge para práticas pedagógicas antirracistas, sobretudo por proporcionar o conhecimento e a reflexão sobre a multiplicidade de pensamentos gestados por pessoas negras no pós-abolição que reconheceram na imprensa, esse símbolo da modernidade, uma tribuna para lutarem por direitos e produzirem memórias sobre si e seu grupo sociorracial.

AS NOVAS TECNOLOGIAS E A PRESERVAÇÃO DOS JORNAIS DA IMPRENSA NEGRA

Os periódicos digitalizados e disponibilizados na HDB são inúmeros, de diversos estados do país e de temporalidades variadas. Entre eles, estão os jornais da imprensa negra e abolicionista. O mais antigo jornal desse grupo data de 14 de setembro de 1833 e chama-se *O Homem de Côr*, que tensionava sentidos de liberdade e cidadania e lutava contra a discriminação racial no contexto de formação nacional, muito antes da Abolição.¹⁷ Os jornais abolicionistas tinham como objetivo lutar pela causa da abolição da escravidão e foram criados por indivíduos negros e/ou brancos, enquanto a imprensa negra era protagonizada por indivíduos negros, para criar, redigir e fazer circular jornais de autoria negra, visando às pessoas negras (Pinto, 2010; 2018; Santos, 2011). Com a Abolição, os jornais que continuaram atuantes e ganharam força foram os da imprensa negra. No Rio Grande do Sul, por exemplo, existiram inúmeros periódicos dessa imprensa, e destacamos a seguir apenas dois, os quais mantiveram uma maior duração que os demais: *O Exemplo*, de Porto Alegre, funcionou de 1892 a 1930, com algumas interrupções (Perussatto, 2018); e *A Alvorada*, de Pelotas, surgiu em 1907 e funcionou até 1965 (Silva, 2011). Tanto o jornal da capital do estado quanto o de Pelotas estão disponíveis na HDB, sendo 212 edições de cada periódico (conforme a Tabela 1).

Compreendemos que as fontes históricas da imprensa negra, majoritariamente utilizadas por historiadores(as) em pesquisas acadêmicas, podem ser utilizadas na pesquisa escolar. Segundo Circe Bittencourt (2018), “as possibilidades de utilizar jornais como fonte histórica são múltiplas: a análise dos conteúdos das notícias (políticas, econômicas, culturais, etc.), e da forma pela qual são apresentadas as notícias, as propagandas, os anúncios, as fotografias, etc.”. Ainda, proporcionam a compreensão sobre “como esse conjunto de in-

formações está distribuído nas diversas partes do jornal, entre outras” (Bittencourt, 2018, p. 271), pontuando que “o importante no uso de textos jornalísticos é considerar a notícia como um discurso que jamais é neutro ou imparcial” (Bittencourt, 2018, p. 273).

É necessário compreender, portanto, o contexto político, econômico, cultural e social em que a notícia e o jornal foram criados. Assim, o pós-abolição é o principal contexto de criação da imprensa negra, que não se restringe aos tempos imediatamente posteriores ao 13 de maio, visto que as trajetórias dos sujeitos e os problemas da liberdade, apesar de se reconfigurarem com a Abolição, não tiveram início com ela. Ademais, há registros de jornais criados durante a ditadura civil militar, como a revista *Tição* em Porto Alegre/RS,¹⁸ alargando a problemática do pós-Abolição.¹⁹ Portanto, as aulas de História destinadas ao conteúdo programático, que ainda seguem os marcos políticos, como o Período Imperial (1822-1889), a Primeira República (1889-1930), Era Vargas (1930-1945), governos democráticos (1945-1964), Nova República (1985-tempo presente), são contextos históricos em que a imprensa negra e o uso da HDB podem ser inseridos no planejamento.

Assim, passamos a refletir sobre como a pesquisa escolar com fontes da imprensa negra pode promover um ensino de História e uma educação antirracista na educação básica a partir do Projeto Imprensa Negra Educadora (Pine),²⁰ que conta com a atuação de graduandos(as) e pós-graduandos(as) em História e áreas afins. O Projeto tem promovido atividades em escolas, utilizando o jornal *O Exemplo* como fonte de pesquisa e recurso pedagógico, para tornar o pós-abolição um problema histórico, situado em uma longa temporalidade, a ser debatido em sala de aula. Dentre outros temas e questões do presente, os eventos políticos que orientaram os conteúdos prescritos são abordados do ponto de vista da imprensa negra, abrangendo debates sobre cidadania, educação e trabalho.

Destaca-se, também, o desenvolvimento de um mapa digital, construído para divulgar os territórios que foram sede do jornal *O Exemplo*, assim como os espaços em que seus membros circulavam e viviam, em relação à educação e ao trabalho como dimensões de luta e exercício de cidadania.²¹ Dessa forma, o Projeto Pine tornou o jornal uma referência para uma prática pedagógica e educação antirracista, estabelecendo diálogos entre história pública, história digital e educação patrimonial. Em artigo recente, os membros do projeto,

Alessandra Miranda, João Otávio Rodrigues e Melina Perussatto (2023), pontuaram que: “mais do que ensinar sobre ou para, é necessário aprender com experiências históricas e contemporâneas do movimento negro” (Miranda; Rodrigues; Perussatto, 2023, p. 289).

A elaboração e os usos desse mapa digital em sala de aula, o qual apresenta percursos dos indivíduos envolvidos com o jornal, no centro de Porto Alegre/RS, contribuem para um ensino e aprendizagem que toma como central os protagonistas destas vivências. Ademais, o percurso construído a partir do mapa desloca a sala de aula para as ruas da cidade, mais especificamente a Praça da Alfândega e seu entorno, provocando novos imaginários sobre a história e a memória negra, em viés plural e afirmativo. Com isso, os autores concluem que:

Interrogar dessa forma a história tensiona e reorganiza a própria abordagem dos conteúdos em uma aula de História. Ou seja, por que não utilizar a imprensa negra e seus territórios como fios condutores de uma aula, em detrimento de temas e abordagens desconectadas da vida das pessoas? Como por meio da imprensa negra é possível percorrer e problematizar a história política, econômica, social e cultural do Brasil republicano? (Miranda; Rodrigues; Perussatto, 2023, p. 289).

As questões levantadas pelos autores contribuem para entendermos os jornais da imprensa e seus agentes (redatores, gerentes e leitores) como produtores de conhecimento, inseridos em um contexto histórico, que não estavam apartados dos espaços constitutivos do social, como a economia, a política e a cultura. Assim, tomar como central em uma aula de história os escritos negros, publicizados em diferentes épocas, como veremos a seguir, e disponíveis no formato on-line, produzem um ensino de história antirracista.

Dessa maneira, entendemos a Hemeroteca Digital Brasileira como uma das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) que pode ser aplicada à educação. Com isso, é importante que os estudantes e docentes compreendam que a Hemeroteca é uma página na internet e está inserida, mais propriamente, na WWW (*World Wide Web*) — em tradução livre, rede mundial de computadores. Fábio Almeida (2011, p. 12) comenta que “com a popularização em escala mundial, criou-se um novo espaço de sociabilidade: o ciberespaço”.

As reflexões de Almeida sobre a história da internet e sua popularização

desnaturalizam nossa compreensão sobre ela. Tarefa difícil para os nascidos após os anos 2000, período em que os chamados “nativos digitais” crescem inseridos nesse contexto de acesso ao mundo digital e conectado. Inclusive, a faixa etária predominante entre os estudantes do ensino fundamental e médio na atualidade. Por conta disso, muitas vezes não refletimos sobre as mudanças e as criações desses *sites*, como a *Wikipedia*, o *Youtube*, ou mesmo a HDB.

A partir disso, é preciso que os estudantes e professores(as) compreendam que os jornais disponibilizados na Hemeroteca são “documentos primários digitalizados” (Almeida, 2011). Ou seja, são documentos “resultantes do trabalho de digitalização da documentação ‘tradicional’ já existente” (Almeida, 2011, p. 19), que permanece preservada na Biblioteca Nacional. Junto a isso, Almeida comenta que “o impacto das novas tecnologias da informação sobre a atividade dos pesquisadores em Ciências Humanas ainda não foi totalmente assimilado. As novas tecnologias causaram alterações na maneira de lidar com a documentação” (Almeida, 2011, p. 24). Para o ensino de História, também é perceptível essa dificuldade.

Circe Bittencourt (2018) afirma que “o uso de documentos nas aulas de História justifica-se pelas contribuições que pode oferecer para o desenvolvimento do pensamento histórico”, dentre as quais “facilitar a compreensão do processo de produção do conhecimento histórico pelo entendimento de que os vestígios do passado se encontram em diferentes lugares, fazem parte da memória social e precisam ser preservados como patrimônio da sociedade” (Bittencourt, 2018, p. 269). Portanto, ao utilizar os jornais da imprensa negra em sala de aula, precisamos reforçar que se trata de uma fonte histórica, um patrimônio documental da cultura afro-brasileira a ser preservado — e que as mobilizações nesse sentido partiam de seus idealizadores e leitores, transmitidos aos descendentes e ativistas do movimento negro (Zubaran, 2015).

Segundo Maria Angélica Zubaran (2015, p. 2), “guardar determinados documentos em detrimento de outros, relaciona-se ao empenho das sociedades em impor ao futuro certa imagem de si, selecionando determinados acervos e relegando outros ao esquecimento”. Com isso, a autora propõe as seguintes questões: “que critérios, que valores, determinam a seleção, inclusão ou exclusão de acervos nas bibliotecas e arquivos? Por que certos documentos são ‘esquecidos’ e outros ‘consagrados’ nas instituições de memória?” (Zubaran, 2015, p. 2). Um caso emblemático é a preservação do jornal *O Exemplo*

por Oliveira Silveira — escritor, professor, ativista do movimento negro e um dos idealizadores do 20 de novembro como o dia da Consciência Negra (Zubaran, 2015) que, em entrevista concedida em 1972 ao jornal *Correio do Povo* postulou: “*O Exemplo* merece que se escreva em letras grandes nas encadernações de suas coleções: Cuidado, delicado, precioso, patrimônio cultural da comunidade negra em Porto Alegre”.

Ou seja, a salvaguarda desse jornal partiu de mobilização da sociedade, não de “lugares de memória” institucionais. Assim, o acesso que dispomos hoje d’*O Exemplo*, disponível a alguns cliques de forma on-line, só é possível em razão da importância dada a esses documentos por pessoas como Oliveira Silveira (1941-2009), cujo acervo foi digitalizado pelo projeto *Direito às Memórias Negras*, coordenado pela historiadora Maria Angélica Zubaran (2015). Foi a partir dessa conservação e salvaguarda, e da mobilização social e acadêmica, que instituições têm voltado suas preocupações para esses acervos, digitalizando-os e dispondo-os on-line, como a BN. Junto a isso, utilizar esses jornais em sala de aula e através da HDB fortalece a importância desse acervo e democratiza o acesso a essa plataforma, indo além das pesquisas acadêmicas.

JORNAIS DA IMPRENSA NEGRA NA HDB E SUAS POSSIBILIDADES DE PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA

As temáticas a serem trabalhadas podem ser diversas e pesquisadas na Hemeroteca a partir da busca por palavras-chave, tais como: “abolição da escravidão”, “13 de maio”, “liberdade negra”, “pós-abolição”, “escravos”, “escravizados”, “libertos”, “cidadania”, “racismo”, “preconceito”, entre outros. Essas escolhas, aliás, estão informadas pelos estudos sobre o pós-Abolição e produzem efeitos heurísticos, tornando apropriação historiográfica parte fundamental no processo de pesquisa e construção de conhecimentos históricos mediados pelas ferramentas da HDB. A seguir, apresentamos um *print* de tela da interface da HDB, onde se pode perceber os campos de pesquisa “Periódico”, “Período” e “Local”. Ao selecionar a primeira opção, a terceira aba vertical “Pesquisar” traz a pesquisa de termo, que deve ser realizada entre aspas:

Figura 1 – Interface da Hemeroteca Digital Brasileira

HEMEROTECA DIGITAL

Pesquise os periódicos no acervo da Hemeroteca.
Aqui você busca por palavras-chave nos conteúdos dos periódicos. Se estiver buscando outro tipo de publicação, encontre no [Acervo Digital](#).

Período: Período: Local:

Período:

Selecionar...

Período:

Pesquisar (Para uma frase exata, coloque as palavras entre aspas. Ex.: "mundo verde").

ARTIGOS
Veja todos disponíveis

TÍTULOS
Veja todos disponíveis

Fonte: *Print* de tela tirado pela autora.

Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Acesso em: 09 fev. 2026.

Para ilustrar, a partir do jornal *O Exemplo*, pesquisamos nesse campo o termo “lei áurea” e localizamos duas ocorrências. Em uma delas, identificamos uma notícia sobre a lei de 28 de setembro de 1871, conhecida como Lei do Ventre Livre, a qual libertou o ventre de mulheres escravizadas e anunciou que o fim da escravidão estava próximo.

Figura 2 – Manchete do Jornal *O Exemplo*,
“A Lei de 28 de Setembro” (1916)



Fonte: *O Exemplo*, n. 38, ano I, 28 de setembro de 1916, Porto Alegre/RS. HDB.

Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=843717&pesq=%22liberdade%22&pagfis=253>. Acesso em: 09 fev. 2026.

Observe que o termo pesquisado aparece grifado em verde na imagem e esse exemplo pode ser analisado pela turma no estudo das leis emancipacionistas durante a escravidão, visando compreender como a Abolição da escravidão no Brasil não foi apenas gradual, lenta e indenizatória aos senhores escravistas, mas também um resultado de lutas negras por liberdade. Dessa forma, pode-se conhecer como pessoas negras significaram essa data a partir da memória sobre o evento, problematizando as razões pelas quais a data seguia sendo rememorada tantos anos depois do seu acontecimento, em 1916, nas páginas de *O Exemplo*. No texto, apesar de se exaltar a importância política do Visconde do Rio Branco, em cujo gabinete aprovou-se a lei, reconhecia-se o protagonismo negro pela menção à personalidade de José do Patrocínio (1854-1905), importante abolicionista negro. Ainda, pode-se analisar o fato de o texto ocupar a capa da edição e vir acompanhando por uma imagem com as figuras de uma mulher negra, mãe de dois filhos, sendo agraciada pela figura da “Liberdade”.

Existem, também, os periódicos que possuem somente uma edição disponível na HDB, como o jornal *O Progresso: Organ dos homens de cor*, criado em São Paulo, em 1899. Nesse caso, a leitura e análise dessa única edição pode ser interessante para estudar as lutas pela liberdade negra, pois em sua primeira página consta uma homenagem a Luiz Gama (1830-1882), advogado e abolicionista negro, como podemos ver a seguir. Também, a curta duração do periódico pode ser problematizada e cotejada com tantas outras com trajetória semelhante, abordando os custos e as dificuldades de manutenção de tais iniciativas.

Junto a essas possibilidades de usos em sala de aula, pode haver o incentivo à reflexão sobre os nomes dos jornais e seus possíveis significados (Grigio *et al.*, 2020), sobre quem preservou esse material e a importância de comunidades negras enquanto guardiãs dessa imprensa (Oliveira; Pedroso; Lima, 2022). Portanto, promover o debate sobre o que significam os nomes “*O Exemplo*”, “*A Alvorada*”, “*O Progresso*”, “*O Mulato ou o Homem de Cor*”, “*A Raça*”, entre outros.

Figura 3 – Homenagem a Luiz Gama no jornal
O Progresso: Organ dos homens de côr em 1889



Fonte: *O Progresso: Organ dos homens de côr*,
n. 1, ano I, 24 de agosto de 1889, São Paulo. HDB.
Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/745553/1>.
Acesso em: 09 fev. 2026.

Em dezembro de 2024, o número de periódicos disponíveis na HDB somava 8.290 títulos.²² Em razão das pretensões deste texto, não mapeamos todos os jornais da imprensa negra. Entretanto, está disponível, no *site* da Biblioteca Nacional, a busca por tema pelo acervo da BN, além de ser possível empreender um mapeamento historiográfico dos jornais negros. Assim, buscamos periódicos disponíveis na HDB a partir do assunto “Negros-Brasil” e material “periódico ou jornal”, e retornaram 50 títulos. Além desses nomes, buscamos o termo “negro/negra” e “raça”, na busca por exemplares que não estavam nessa listagem, e acabamos encontrando outros títulos. Também adicionamos o título do jornal *O Exemplo*, que não estava nessa lista do acervo da BN. Através desses mecanismos de busca, foram localizados 12 títulos, sendo o seu número real possivelmente maior.

**Tabela 1 – Jornais da imprensa negra disponíveis
na Hemeroteca Digital Brasileira**

Nome do jornal	Ano de criação	Cidade de criação	Número de edições disponíveis	Link
O Exemplo	1892	Porto Alegre/RS	212	http://memoria.bn.gov.br/DocReader/843717/119 / http://memoria.bn.gov.br/DocReader/843717/119
O Progresso: Organ dos homens de cõr	1899	São Paulo	1	http://memoria.bn.gov.br/DocReader/745553/1
O Baluarte: organ official do “Centro Litterario dos Homens de Cor”	1903	Campinas/SP	1	http://memoria.bn.gov.br/DocReader/845019/1
O Menelik: organ mensal, noticioso, literário e critico dedicado aos homens de cor	1905	São Paulo	4	http://memoria.bn.gov.br/DocReader/844829/1
A Alvorada: periódico literário, noticioso e crítico	1907	Pelotas/RS	212	http://memoria.bn.gov.br/DocReader/W00026/1 / http://memoria.bn.gov.br/DocReader/844969/1
A Protectora: organ da “Associação Protectora dos Brasileiros Pretos”	1920	Campinas/SP	1	http://memoria.bn.gov.br/DocReader/745685/1
Chibata	1932	São Paulo	2	http://memoria.bn.gov.br/DocReader/845035/1
A Voz da Raça: organ official da Frente Negra Brasileira	1933	São Paulo	66	http://memoria.bn.gov.br/DocReader/845027/1
A Raça	1935	Uberlândia/MG	2	http://memoria.bn.gov.br/DocReader/844950/1
Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro	1949	Rio de Janeiro	1	http://memoria.bn.gov.br/DocReader/128600/1
Notícias de Ébano: órgão noticioso do “Ébano Atlético Clube”	1957	Santos/SP	1	http://memoria.bn.gov.br/DocReader/845124/1
Correio D’ebano	1963	Campinas/SP	1	http://memoria.bn.gov.br/DocReader/845167/1

Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional. Elaboração própria.

Percebe-se que os jornais localizados a partir deste mapeamento centram-se somente nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Salientamos que os jornais da imprensa negra foram criados em regiões de Norte a Sul do Brasil. Dito isto, entendemos que o levantamento exposto na tabela acima não pretende abranger a totalidade da imprensa negra brasileira, pois nos guiamos pelo mecanismo de busca já citado e somente para os periódicos que estão na HDB. Este breve mapeamento procurou reunir os títulos, ano e cidade de criação, quantidade de edições disponíveis na HDB e *link* de acesso, a fim de mostrar que as possibilidades de exploração desse material são inúmeras e podem ser manejadas por estudantes e professores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos neste artigo demonstrar as possibilidades de usos da Hemeroteca Digital Brasileira, especificamente de seu acervo de jornais da imprensa negra, para a pesquisa escolar, visando ao ensino de História e à educação antirracista. Foram citados diversos exemplos de atividades, tais como o estudo de uma ou mais personalidades negras, o contexto de criação do jornal, as temáticas trazidas pelas matérias escritas por estes autores negros e negras etc. Com isso, salientamos que a realização destas atividades deve ultrapassar o mês de novembro e adentrar na sala de aula e escola, durante todo o ano letivo, para cumprimos com o dever de educadores/as através da aplicabilidade séria das Leis n. 10.639/03 e 11.645/08, que respeitamos enquanto uma política de estado reparatória e constante.

Consideramos as dificuldades estruturais das escolas públicas brasileiras, em que, nem todas, para não dizer a maioria, não possui recursos adequados para a realização de todas as atividades propostas neste artigo. Contudo, indica-se que a reflexão sobre as propostas indicadas pode partir de apenas um computador com acesso à *internet*, com a mediação do professor/a responsável, bem como o acesso em grupos de estudantes a computadores em menor número. O objetivo deste artigo foi apresentar as possibilidades de expandir as noções de pesquisa escolar a partir da HDB e da imprensa negra. Portanto, se a atividade proposta pelo(a) docente conseguir, em alguma medida, ampliar o entendimento dos e das estudantes sobre o que é uma fonte histórica,

suas formas de preservação na era digital, a complexidade do pensamento negro no pós-abolição e a multiplicidade de vozes e escritas sobre a realidade brasileira dos séculos 19 e 20, teremos atingido o propósito deste texto. Dessa maneira, conclui-se que a HDB é uma ferramenta útil para a pesquisa escolar, desde que seu uso esteja embasado por conhecimentos historiográficos, pedagógicos e tecnológicos, e comprometido como questões epistemológicas, éticas, estéticas e políticas constitutivas de um ensino de História antirracista.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. *AEDOS-UFRGS*, n. 8, v. 3, jan./jun. 2011.
- BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2018.
- BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo F. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. *Estudos Históricos Rio de Janeiro*, v. 33, n. 69, jan./abr. 2020.
- CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. *Revista Latinoamericana De Ciencias Sociales, Niñez Y Juventud*, n. 8, v. 1, p. 607-630, 2010.
- GRIGIO, Ênio; BRUNHAUSER, Felipe Farret; OLIVEIRA, Franciele Rocha de; RODRIGUES, Luiz Fernando dos Santos da Silva; LIMA, Taiane Anhanha. *Organizações negras de Santa Maria: primeiras associações dos séculos XIX e XX*. [recurso eletrônico]. Santa Maria, RS: GEPA UFSM, 2020.
- GOMES, Arilson dos Santos; RIBEIRO, Matilde; FREITAS, Tiago Moraes de. Educação antirracista e ações afirmativas contra o crime perfeito. *Argum.*, Vitória, v. 16, n. 2, p. 169-185, maio/ago. 2024.
- GOMES, Flávio dos Santos. *Negros e política (1888-1937)*. Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro, 2005.
- GOMES, Nilma Lino. *Movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Vozes, Petrópolis – RJ, 2017.
- GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movi-

- mento negro e educação. *Revista Brasileira de Educação*, n. 15, set./dez., São Paulo, 2000.
- GRINBERG, Keila; ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. História pública, ensino de história e educação antirracista. *Revista História Hoje*, [S. l.], v. 8, n. 15, p. 17-38, 2019.
- LARA, Silvia Hunold. “Blowin in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil”. *Projeto História*, n. 12, out., 1995.
- MATTOS, Hebe; RIOS, Ana M. Lugão. O pós-Abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, v. 5, n. 8, p. 170-198, 2004.
- MOURA, Antonio Guanacuy Almeida. Imprensa, pesquisa e ensino de História: impressos digitalizados da Hemeroteca Digital para estudar a balaiada em sala de aula. *Veredas da História*, v. 15, n. 1, jun., 2022.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Qual a condição social dos negros no Brasil depois do fim da escravidão? O pós-abolição no ensino de História. In: SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade (org.). *A República e a Questão do Negro no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Museu da República, 2006.
- OLIVEIRA, Franciele Rocha de; PEDROSO, Guilherme; LIMA, Taiane Anhanha. Combatendo “estultos preconceitos de raça”: mapeamento da imprensa negra do Rio Grande do Sul e o caso de Santa Maria/RS. *RIHGRGS*, Porto Alegre, n. 162, julho de 2022.
- PERUSSATTO, Melina Kleinert. *Arautos da liberdade: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c.1892-c.1911)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Escritos da liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*. Editora da Unicamp, Campinas/SP, 2018.
- PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- SANTOS, José Antônio dos. *Prisioneiros da História. Trajetórias intelectuais na Imprensa Negra Meridional*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- SILVA, Fernanda Oliveira da. *Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943)*.

Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

SIQUEIRA, Karulliny Silverol; DIAS, Mauro Roberto Fonseca. O ensino de História e os desafios para a promoção de uma educação antirracista. *Revista História Hoje*, [S. l.], v. 10, n. 20, 2021.

SOUZA, Diego Gomes. Ensino de História e História Pública: territórios comuns, zonas de contato e diálogos possíveis. *Revista Ars Histórica*, n. 18, jan/jun., 2019.

ZUBARAN, Maria Angélica. O acervo do jornal O Exemplo (1892-1930): patrimônio cultural afro-brasileiro. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v. 5, n. 12, jan./jun., 2015.

NOTAS

¹ Este artigo integra o Projeto “Imprensa Negra no Rio Grande do Sul: aportes para o ensino de história e a educação das relações étnico-raciais e de gênero”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), via edital n. 08/2023.

² Ver a Lei n. 10.639/03 na íntegra em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 09 fev. 2026.

³ Ver o documento na íntegra em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana>. Acesso em: 09 fev. 2026.

⁴ Ver o parecer na íntegra em: <https://prograd.ufu.br/legislacoes/parecer-cnecp-0032004-10-de-marco-de-2004-diretrizes-curriculares-nacionais-para>. Acesso em: 09 fev. 2026.

⁵ Ver a Lei n. 11.645/08 na íntegra em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm. 09 fev. 2026.

⁶ Ver a Lei n. 12.711/12 na íntegra em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm. Acesso em: 09 fev. 2026.

⁷ Ver a Lei n. 14.723/23 na íntegra em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/14723.htm. Acesso em: 09 fev. 2026.

⁸ Como exemplo dessa produção de conhecimento, citamos a edição especial da Revista História Hoje, de julho de 2023 (v. 12, n. 25) sobre os 20 anos da Lei n. 10.639/03: insurgências e rupturas no Ensino de História. Disponível em: <https://www.google.com/url?q=https://rhj.anpuh.org/RHHJ/issue/view/26&sa=D&source=docs&ust=1758569470448116&usg=AOvVaw06PvwTQCDh6ledHc2RdWNI>. Acesso em: 09 fev. 2026.

⁹ A escola de Sociologia da USP se insere na corrente que viu o escravizado e o liberto como anônimos frente à violência sofrida pelo cativo, em autores como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Otavio Ianni, em contraposição à ideia de que haveria uma harmonia entre as raças (negra, indígena e branca) e que o preconceito não existiria no Brasil em razão disso, concepção defendida em obras de Gylberto Freyre, como em *Casa Grande e Senzala* de 1933. Ver mais em: Lara (1995).

¹⁰ Ressaltamos a importância da atuação do Grupo de Trabalho Emancipações e Pós-Abolição da Associação Nacional de História, criado em 2013, na expansão de pesquisas em História sobre esses campos de estudos. Bem como, o diálogo e divulgação de tais estudos nos Seminários Internacionais do GTEP, realizados em 2018, 2023 e 2025 no Rio de Janeiro-RJ, assim como o espaço dos simpósios temáticos sobre as emancipações e pós-abolição no Simpósio Nacional de História da Anpuh, espaços nos quais se possibilitou a ampliação da temática e a consolidação do campo. Leia na íntegra o manifesto do GTEP-Nacional, disponível em: <https://emancipacoesposabolicao.wordpress.com/manifesto-de-fundacao/>. Acesso em: 09 fev. 2026.

¹¹ A lei também estipula a inserção no calendário escolar do dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

¹² Para assistir ao vídeo que viralizou acerca dessa prática, ver: https://www.youtube.com/watch?v=TajfUA_fCNY. Sobre o relato da professora, ver: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2022/12/06/professora-que-viralizou-com-aula-sobre-africa-ganha-premio-nacional-de-educacao.ghtml>. Acesso em: 09 fev. 2026.

¹³ Sobre a prática docente e trajetória pessoal e profissional de Keilla Vila Flor, ver: <https://www.geledes.org.br/professora-trabalha-autoestima-de-alunos-negros-e-combate-o-racismo-em-sala/>. Acesso em: 09 fev. 2026.

¹⁴ Cardoso compreende que a branquitude é múltipla e muda ao longo do tempo, e, a partir desse entendimento, o autor discorre sobre as particularidades da branquitude crítica e a branquitude acrítica, (Cardoso, 2010). Para saber mais sobre o conceito de branquitude, ver: Bento, 2022.

¹⁵ Informação retirada do site da HDB. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 09 fev. 2026.

¹⁶ Fonte: <https://bndigital.bn.gov.br/noticias/bndigital-10-anos/>. Acesso em: 09 fev. 2026.

¹⁷ Informações retiradas da reportagem “Imprensa negra e abolicionista” da BN. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/coordenacao-de-publicacoes-seriadas/acervo/imprensa-negra-e-abolicionista/>. Diversos veículos de informação realizaram matérias em setembro de 2023 acerca dos 190 anos da imprensa negra no Brasil. Estas reportagens podem inclusive ser utilizadas em sala de aula como material de apoio aos estudantes e ao próprio educador(a). Ver mais em: <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/190-anos->

-imprensa-negra-historia-luta-legado/; <https://www.gov.br/bn/pt-br/central-de-conteudos/noticias/celebracao-190-anos-de-imprensa-negra-no-brasil>. Acesso em: 09 fev. 2026.

¹⁸ A Revista Tição, por meio da nova diretoria, publicou dois números recentemente, após quarenta anos de uma paralisação nas edições da revista. Isso evidencia uma tentativa de resistência da imprensa negra no contexto atual, o protagonismo da mulher negra em suas páginas e um valor à memória e legado da revista para a História do estado e país. Ver mais em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/10/28/revista-ticao-lanca-nova-edicao-destacando-o-protagonismo-da-mulher-negra/>. Acesso em: 09 fev. 2026.

¹⁹ Sobre a criação dessa revista, seus objetivos e articulações, ver mais em: https://www.geledes.org.br/ticao-imprensa-negra-e-consciencia-em-porto-alegre-nos-anos-de-chumbo/?gad_source=1&gclid=Cj0KCQiApNW6BhD5ARIsACmEbKUuk05NepNSePPSVtHdOI4_eOJe3DU_TtvmIXW7wWE3t_MkFLUHA8aAmyHEALw_wcB. Acesso em: 09 fev. 2026.

²⁰ Sobre o Pine e suas produções, ver: <https://www.ufrgs.br/pine/>. Acesso em: 09 fev. 2026.

²¹ O mapa virtual está disponível em: <https://www.ufrgs.br/pine/mapa/>. Acesso em: 09 fev. 2026.

²² Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 09 fev. 2026.